

# O NEGÓCIO MILIONÁRIO DOS MANUAIS

As queixas repetem-se todos os anos e as questões mantêm-se: porque é que um livro custa dezenas de euros e é tão difícil reutilizar os adotados nos anos anteriores? As editoras não querem fazer contas aos lucros

POR TERESA CAMPOS

**P**odia ser um problema a apresentar numa aula de Matemática: «Luísa tem de comprar os livros para o filho, no 8.º ano de escolaridade, inscrito numa escola de Lisboa. Se não tivesse encontrado dois deles num banco de trocas, e recebido outro que uma prima professora lhe ofereceu, teria gasto 223 euros – um resultado muito próximo da média dos portugueses. Quanto vale um livro escolar?»

Mas a conta não segue uma regra de três simples. Além disso, o resultado não é consensual: muita gente questiona como é que um manual chega a custar dezenas de euros. Este ano, ainda agosto ia a meio e já havia quem avisasse as famílias para contar com uma média de 250 euros por cabeça, sobretudo quem tinha filhos inscritos no 2.º e 3.º ciclo e secundário.

Foi por esses dias que António Araújo, historiador e assessor da Presidência da República, tornou público o seu caso, no blogue *Malomil*. Num *post* intitulado 42,70€, ali se narrava toda a aventura de tentar compreender como é que, somando o preço de um manual e do caderno de exercícios, se chegava àquela conta. A esse exercício, somava ainda a sua incredulidade de, apesar da vigência ser de seis anos, nunca conseguira passar livros da filha mais velha para as outras, apenas 3 anos mais novas.

Ali se elencavam ainda outras *habilidades*, como lhe chamou: Blocos pedagógicos envolvidos em celofane, apesar da sua venda conjunta não ser obrigatória. Ou ainda manuais acompanhados de um caderno de atividades e ainda um caderno de atividades labo-



**'Em certos casos, muda-se apenas a cor da capa e a paginação'**

Henrique Trigueiros, do Movimento Reutilizar, que acaba de entregar uma petição, pela gratuidade dos manuais, ao provedor de Justiça

ratoriais, soluções que «dificultam qualquer intenção de reutilizar livros».

António Araújo não foi único a questionar o sistema. Há duas semanas, Henrique Trigueiros, fundador do Movimento pela Reutilização de Livros Escolares, entregou uma petição ao provedor de Justiça exigindo a criação de um banco de empréstimo de livros em cada escola. É certo que, segundo o despacho da Ação Social Escolar, isso já está previsto desde 2012/2013. Mas, insiste Trigueiros, a lei não é cumprida. Primeiro, porque este é o terceiro ano consecutivo em que há manuais novos por força das alterações dos programas e das metas curriculares. «Se não fosse isso, as editoras arranjariam outras formas de o fazer», alega o promotor das trocas de manuais, denunciando que «em cer-

tos casos, muda-se apenas a cor da capa e a paginação».

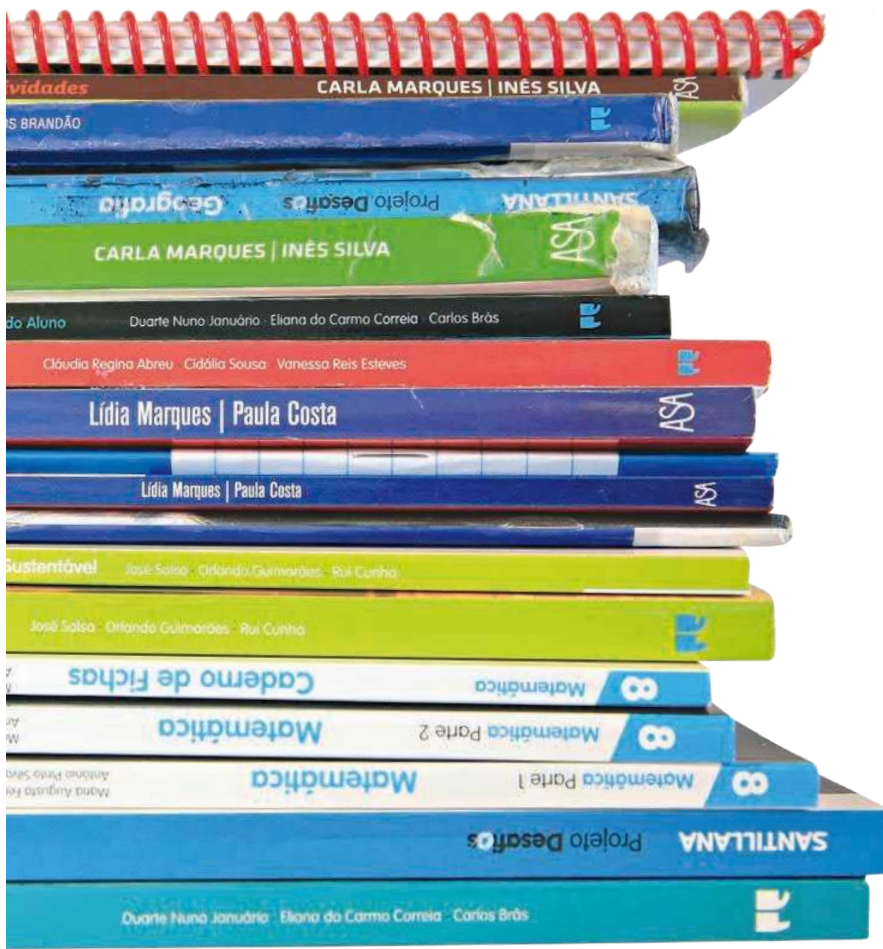
Nas situações mais agudas, o resultado de toda esta tragicomédia é existirem miúdos sem livros. «Andei a fazer fotocópias para os meus alunos porque metade deles não tinha manual», assume Manuel Grilo, professor de 1.º ciclo numa escola do Agrupamento Quinta de Marrocos, em Lisboa. «Alguns têm direito à participação, mas precisam de ir à sede do agrupamento preencher o requerimento e os livros não chegam depressa...», acrescenta. «O ideal era ser a escola a emprestar, como se faz nos outros países.» (Ver caixa.)

## O processo

É uma história antiga: no início de 1989, o Conselho Nacional de Educação já propunha a aplicação faseada do princípio da gratuidade. Mas, 26 anos depois, ainda não há consenso sobre o tema. Oíça-se Jorge Ascensão, presidente da Confederação das Associações de Pais, acérrimo defensor de livros novos, depois de insistir que as bolsas de empréstimo podem minimizar dificuldades mas não são a solução: «A nossa preocupação é com a qualidade.»

À procura de alguma estabilidade neste mercado, foi decretada, há 10 anos,





**1,4 MILHÕES** Número de alunos inscritos entre o 1.º e o 12.º anos de escolaridade

**94%** Percentagem de pais que, segundo um estudo sobre intenções de compra dos portugueses no regresso às aulas, preferem manuais novos

**€250** Média do cabaz de manuais escolares por filho

**+ €850 MIL** Verba gasta pelo Município de Gaia em manuais do 1.º ciclo (outras autarquias têm programas semelhantes)

**€200 MILHÕES**

VALOR DO MERCADO, SEGUNDO O MOVIMENTO REUTILIZAR

a vigência crescente para os livros adotados. Neste momento, os livros deveriam manter-se seis anos. As editoras bem o contestaram, com a Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros (APEL) a considerar que a maioria dos manuais não resistiria a esse espaço temporal. Ou porque o conhecimento científico evoluiria ou porque, entretanto, haveria alterações ao programa. Olhando para os resultados financeiros, assumidos por aquela associação, em 2005, a verdade é que um mercado que contabilizava 56 milhões de euros ao ano tinha outros encantos. Hoje, segundo a Porto Editora, o valor mais que duplicou para os 120 milhões. Mas o fundador do Movimento Reutilizar faz outras contas e estima que em livros para os 1,4 milhões de alunos, a fatura possa chegar aos 200 milhões.

#### Visto das escolas

É antes da primavera que, todos os anos, as escolas são inundadas de manuais novos, à espera de serem escolhidos. Critérios? «Têm sempre a ver com o projeto educativo do agrupamento», diz Filinto Lima, dirigente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, reconhecendo que muitos livros são alterados mal a lei per-





► mite. «Se calhar, só se justifica em algumas disciplinas...», reconhece.

Ao mesmo tempo, mantêm-se outros expedientes. Segundo contou à VISÃO uma agente escolar, que pediu o anonimato, as editoras fazem de tudo para chegar ao maior número de professores. Tanto financiam formações dos professores em multimédia como oferecem quadros interativos, pens, computadores... E quem regula tudo este mercado? O mesmo Conselho Nacional de Educação prevê, desde 1989, a criação de uma comissão para acompanhamento da questão – que ainda não existe. Para os responsáveis governamentais, a questão continua a não se por. O preço é definido todos os anos segundo convenção assinada pelo Ministério da Economia e a APEL; a existência de bolsas de empréstimo de livros nas escolas está igualmente definida por decreto-lei. Mas sempre que mudam programas ou se alteram metas curriculares – como aconteceu nos últimos anos – a consequência são livros novos. Outra vez.

Carlos Fiolhais, físico, professor universitário e autor de manuais escolares, conta que aceitou pensar o novo programa de Física, a pedido do Ministério da Educação, com o intuito de fazer melhor. «Mantivemos 80 por cento, alterámos 20. Seria preciso fazer manuais novos por causa disso? Não sei.»

### A versão de quem vende

A mais visada por quem questiona os preços dos manuais é a Porto Editora, que assume dominar 40% do mercado. Os manuais fazem parte da sua história: em 2014 celebrou os 70 anos da sua fundação, quando um grupo de professores do Porto decidiu apostar na edição de manuais escolares. Seguiram-se os dicionários, mais recentemente as versões multimédia e ainda uma livraria online e uma gráfica, ou, como se lê no site do grupo, «uma

unidade industrial dedicada à impressão e acabamento de todos os materiais produzidos pelas editoras do grupo». Entretanto, saltou fronteiras para Angola, Moçambique e Timor-Leste. Só depois o catálogo se alargou para a literatura.

## O exemplo do resto da Europa

Numa larga maioria de países, são as escolas que emprestam os manuais. Os alunos ficam obrigados a devolvê-los no final do ano letivo, em bom estado

**DINAMARCA** Livros gratuitos em todos os graus de ensino

**ESPAÑA** Só as famílias mais carenciadas beneficiam da gratuitidade

**FINLÂNDIA** As escolas emprestam todos os livros até ao 3.º ciclo

**FRANÇA** Gratuitidade nalgumas regiões

**HOLANDA** Livros gratuitos em todos os graus de ensino

**ITÁLIA** No 1.º ciclo, gratuito em várias regiões

**NORUEGA** As escolas emprestam todos os livros até ao 3.º ciclo

**SUÉCIA** Livros gratuitos em todos os graus de ensino

**REINO UNIDO** As escolas emprestam todos os livros até ao 3.º ciclo

FONTE: OBSERVATÓRIO DE RECURSOS EDUCATIVOS



Mas recusando que a Porto Editora seja essencialmente uma editora escolar, Paulo Gonçalves, responsável de Comunicação do grupo, contrapõe que «uma avaliação séria da questão não pode partir de um dos livros mais caros» – como é o caso do tal manual de Biologia e Geologia do 11.º ano, referido por António Araújo – e que «tem o preço congelado há nove anos».

Afinal, argumenta, há livros a pouco mais de 8 euros, no 1.º ciclo. E, no seu entender, comparar manuais com o preço de capa de outras publicações também não faz sentido. São livros que «cumprem funções diferentes e têm custos de desenvolvimento díspares», afirma. Além disso, continua, «um livro escolar é uma ferramenta de trabalho de utilização intensa e diária ao longo de, pelo menos, um ano letivo».

A VISÃO desafiou a editora dominante do mercado a explicar detalhadamente o custo do manual mais caro deste ano letivo. A proposta não foi aceite. Nas contas que prefere fazer, e que incluem apenas os manuais e não os cadernos de atividades, o cabaz para o ensino básico nunca excede os 175 euros. Dividindo pelos 159 dias de aulas, sem fins de semana nem pausas letivas, tem um custo diário de pouco mais de um euro. E é preciso dizer ainda, alerta o porta-voz da Porto Editora, que nos últimos anos, a atualização dos preços dos livros foi abaixo da inflação.

A verdade é que, enquanto os pais tiverem de fazer contas à bolsa, os inícios de aulas serão sempre atribulados. Ainda há pouco tempo era o pediatra Mário Cordeiro a deixar a pergunta no ar, comentando outro *post*, no blog *Pais de Quatro*: «Porque é que os manuais não são feitos por um grupo de trabalho de professores do ramo, impressos na Imprensa Nacional, que até tem uma editora, vendidos a preço de custo (aí umas dez vezes menos do que o preço que pagamos...)? E duráveis 3 a 5 anos? E feitos em partes que se juntam ao longo do ano para não carregar demasiado as mochilas que os miúdos levam para a escola?»

São perguntas que continuam sem resposta. Ou talvez o problema seja mesmo, como aponta José Morgado, professor de Psicologia da educação no ISPA, onde é membro do Centro de Investigação em Educação, uma demasiada 'manualização' do ensino. «O trabalho de preparação do professor é hoje residual», explica, criticando o excesso no recurso aos livros. Afinal, «há correntes pedagógicas que não o fazem – e cumprem o programa na mesma». ▀